



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO


ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Segurança para atender as necessidades do Município de São Geraldo/MG, conforme condições e quantidades descritas no Edital, Termo de Referência e seus anexos.




ITEM	DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	UNID	QUANT	MÉDIO	TOTAL
1	Capacete - capacete de proteção tipo classe b, injetado em polipropileno com uma nervura central, dotado de suspensão composta de 02 fitas de poliéster com regulagem de tamanho feita através de ajuste simples com velcro fixadas ao casco através de 04 rebites. Com tira absorvedora de suor confeccionada de Neoprene e jugular confeccionada de fitas de poliéster com 02 pontos de ancoragem para fixar a jugular. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	100	14,49	R\$1.449,00
2	Capacete de segurança - capacete de segurança com casco rígido, leve, balanceado para um dia inteiro de uso confortável, injetado em uma única peça de polietileno de alta densidade, sem porosidade, não sendo condutor de corrente elétrica e com alta resistência dielétrica. As suspensões MSA devem possuir cinta ajustável e dupla fita amortecedora com quatro pontos de apoio, formando um inteligente sistema de amortecimento, em caso de impacto; possuindo fendas		UNID	30	R\$ 72,42	R\$2.172,60



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	laterais (slot) para que sejam acoplados protetores faciais e auditivos; tendo dupla suspensão e jugular. Aplicação: construção civil. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.					
3	Óculos de proteção - óculos de proteção com lente policarbonato e haste em material plástico, fornecendo proteção para os olhos contra impactos de partículas volantes multidirecionais, fragmentos de metais e faísca, sendo antiembaçante e anti-risco, contendo cordão de segurança e proteção UV. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	520	R\$ 6,61	R\$3.437,20
4	Avental de raspa de couro - avental de soldador, material: raspa de couro; comprimento: 1,2m x 0,7m; características adicionais: inteiriço, sem emendas, com fivelas e tiras ajustáveis. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	20	R\$ 48,80	R\$976,00
5	Mangote de raspa de couro - manga de segurança confeccionada em raspa, tiras em raspa presas por rebites e fivela metálica para ajustes, tendo proteção do braço e antebraço do usuário contra agentes térmicos (calor e chamas) e abrasivos e escoriantes para uso em processos de soldagem e similares. Deve estar em		UNID	20	R\$ 33,54	R\$670,80



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	conformidade com todas as normas exigíveis.					
6	Luva de raspa de couro em cano longo - luva de segurança com material de raspa de couro, em tamanhos variados, com aplicação para soldador, costurado com fio kevlar, forrada até o punho com dorso sem emendas. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		PAR	200	R\$ 33,86	R\$6.772,00
7	Luva de raspa de couro em cano curto - luva de segurança com material de raspa de couro, em tamanhos variados, com aplicação para soldador, costurado com fio kevlar, forrada até o punho com dorso sem emendas. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		PAR	200	R\$ 11,77	R2.354,00
8	Máscara de solda elétrica - máscara de solda, fabricada com nylon especial, destinada a proteger o usuário de partículas volantes frontais, radiação ultravioleta, infravermelho e luminosidade intensa, contendo apoio para cabeça completamente ajustável. Contendo bateria interna recarregável através da célula solar e escurecimento automático. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	10	R\$ 23,06	R\$230,60



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



9	Protetor auricular - protetor auricular tipo concha dupla, em material ABS; com haste almofadada sobre a cabeça; material da haste em aço inoxidável; almofadas com fluido amortecedor; tamanho único, tendo nível de ruído igual ou superior a 25 dB. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	100	R\$ 16,22	R\$1.622,00
10	Protetor auricular - protetor auricular tipo plug, confeccionado em silicone grau farmacêutico, composto de um eixo com três flanges, maciças e cônicas, todas as dimensões variáveis; protetor tamanho único, moldável a diferentes canais auditivos, com ou sem sensor, em cores variáveis, com cordão de polipropileno ou silicone. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	500	R\$ 1,39	R\$695,00
11	Botina de segurança, cano curto - botina de segurança monodensidade, lixado, cano curto, com elástico na lateral; unissex; solado antiderrapante e reforçado, bico em PVC ou termoplástico, POLIURETANO vulcanizado e costurado, com numeração 33 ao 46. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		PAR	400	R\$ 36,28	R\$14.512,00



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



12	Botina PVC, cano longo - botina de uso ocupacional, de cano longo (material: pvc), com no mínimo 30cm, estilo galocha, tipo bota impermeável. Produto desenvolvido com material maleável, com cabedal com no mínimo 2,7mm de espessura, com design que facilita o calçar e o descalçar. Solado com ótima aderência e ranhuras (de no mínimo 10mm) que impedem o acúmulo de sujeira, de poliuretano. Forração interna em poliéster. Itens de nº 33 ao 44. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		PAR	300	R\$ 36,75	R\$11.025,00
13	Botina PVC branca, cano médio - botina destinada a limpeza, branca, de cano médio (material: pvc), estilo galocha, tipo bota impermeável. Produto desenvolvido com material maleável, com cabedal com no mínimo 2,7mm de espessura, com design que facilita o calçar e o descalçar. Solado com ótima aderência e ranhuras (de no mínimo 10mm) que impedem o acúmulo de sujeira, de poliuretano. Forração interna em poliéster. Numeração de 33 ao 44. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		PAR	300	R\$ 25,18	R\$7.554,00



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471







14	Luva mucambo - luva de segurança confeccionada em borracha natural, revestida internamente com flocos de algodão, acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Espessura mínima de 0,62mm. Diversos tamanhos (P, M e G). Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		PAR	800	R\$ 4,12	R\$3.296,00
15	Luva pigmentada 4 fios - luva de segurança tricotada em 4 fios de algodão, tamanho único, com aplicação para proteção individual. Composta por 70% algodão e 30% poliéster. Modelo: pigmentada PVC na palma da mão. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		PAR	700	R\$ 2,73	R\$1.911,00
16	Luva nitrílica azul - luva de proteção, material 100% nitrílico, tipo punho curto, tamanho médio, acabamento da palma da mão liso, esterilizada, com aplicação laboratorial. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis. Caixa com 100 unidades.		CX	50	R\$ 28,86	R\$1.443,00
17	Luva mecânica verde forrada, PVC 60cm - luva PCV, tamanho 60cm, em forro de algodão, palma e dorso ásperos, cor verde, para manuseio de ácidos, alcalis e detergentes. Diversos tamanhos. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		PAR	400	R\$15,22	R\$6.088,00



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



18	Cone de sinalização - cone de sinalização, em composto sintético, tendo 750mm de altura e 360mm de largura na base, tendo cor laranja com duas faixas brancas refletivas.		UNID	100	R\$ 22,35	R\$2.235,00
19	Cinto de segurança - cinto de segurança tipo paraquedista, confeccionado em 100% poliéster, com 3 fivelas ajustáveis para cinturas e pernas, tamanho único, devendo possuir um ponto de ancoragem, com prolongador em velcro, posicionado na altura do peito. Componentes: gancho com mosquetão, trava quedas, extensor de fitas. Certificação do INMETRO. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	20	R\$ 56,90	R\$1.138,00
20	Máscara de proteção respiratória - máscara PFF2, com tirantes de cabeça elásticos para sustentação da peça facial, tira metálica para ajuste no septo nasal e válvula de exalação. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	6200	R\$ 1,35	R\$8.370,00
21	Máscara de proteção respiratória - máscara PFF1, com tirantes de cabeça elásticos para sustentação da peça facial, tira metálica para ajuste no septo nasal e válvula de exalação. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	2200	R\$ 1,16	R\$2.552,00



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471






22	Respirador para vapor orgânico 2 filtro - respirador destinado à purificação do ar, composto por uma peça semifacial em termoplástico atóxico, com dois conectores para fixação dos elementos filtrantes, uma válvula de exalação, duas válvulas de inalação e quatro pontos de fixação com tirantes elásticos com ajuste através de passadores, podendo ser utilizado para filtração química, mecânica e combinados. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	50	R\$ 30,98	R\$1.549,00
23	Perneira de proteção de couro - perneira em couro camurça, feita com material selecionado de ótima qualidade, com fino acabamento, com fechamento em velcro e fivela, contendo proteção lateral com espuma. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		PAR	100	R\$ 25,45	R\$2.545,00
24	Luva de segurança para alta tensão - 500v - luva de segurança isolante, em borracha, classe 00, para alta tensão, do tipo II; confeccionada em borracha na cor preta de acordo com as normas ASTM D120/NBR 10622; para ser utilizada em situações de risco de choque elétrico, em tensão máxima de 500volts. Deve estar em conformidade com todas as outras normas exigíveis.		PAR	100	R\$ 178,22	R\$17.822,00



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471







25	Luva de vaqueta de couro em cano curto - luva confeccionada em couro vacuum, tipo vaqueta, 5 dedos, com reforço interno na palmatória, de cano curto (23 a 25cm de comprimento). Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		PAR	500	R\$ 9,66	R\$4.830,00
26	Protetor solar FPS 60 - bloqueador solar UVA/UVB, de 60 FPS, sem ingredientes prejudiciais à pele e à saúde, em embalagens de 120 gramas. O produto deve ser não oleoso, não comedogênico, hipoalergênico (paba free), devendo ser ainda resistente à água e de altíssima qualidade. Indicado para uso em pessoas com fototipo 2 a 5 (branca e negra). Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	500	R\$ 17,44	R\$8.720,00
27	Avental de PVC branco - avental em PVC, devidamente forrado em poliéster, modelo açougueiro, em cor branca e tamanho único (1,2m x 70cm), com tiras soldadas eletronicamente e com fivela plástica para fechamento. Destinado à proteção do tronco do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	200	R\$ 8,23	R\$1.646,00



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



28	Óculos de segurança fumê - óculos de segurança, constituído de um arco de material plástico preto com um pino central e fenda em cada extremidade, utilizada para encaixe de um visor em policarbonato fumê, laterais de proteção e hastes reguláveis, para melhor conforto e comodidade ao usuário. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	300	R\$ 3,42	R\$1.026,00
29	Capa de chuva - capa de chuva unissex, transparente, com capuz e mangas compridas e costuras através de solda eletrônica e com fechamento frontal através de botão de pressão, em material trevira, 100% a prova d'água. Diversos tamanhos. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	500	R\$ 2,73	R\$1.365,00
30	Capa de chuva - capa de chuva unissex, destinado a uso em motocicletas, 100% a prova d'água, confeccionadas em tecido de nylon emborrachado com PVC e costuras selas com fita termo adesiva. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		CONJUNTO	5	R\$ 66,80	R\$334,00
31	Protetor facial - protetor facial em polipropileno, transparente, do tipo viseira, com visor fixo. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	250	R\$ 5,21	R\$1.302,50



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471






32	Botina de segurança - sapato ocupacional, cano alto, tipo sapato, fechamento em elástico, confeccional em couro curtido ao cromo na cor preta, forro da gáspea e palmilha em TNT, com solado de poliuretano bidensidade na cor preta injetado diretamente no cabedal, com biqueira de polipropileno para conformação, resistente à absorção de energia no salto e ao óleo combustível. Numeração do 33 a 54. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		PAR	200	R\$ 52,66	R\$10.532,00
33	Botina de segurança - sapato ocupacional, cano curto, tipo sapato, fechamento em elástico, confeccional em couro curtido ao cromo na cor preta, forro da gáspea e palmilha em TNT, com solado de poliuretano bidensidade na cor preta injetado diretamente no cabedal, com biqueira de polipropileno para conformação, resistente à absorção de energia no salto e ao óleo combustível. Numeração do 33 a 54. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		PAR	150	R\$ 48,57	R\$7.285,50
34	Chapéu árabe com proteção na nuca - chapéu de pescador com proteção de pescoço fixo, com botões de pressão nas laterais das abas e no protetor de pescoço. Em material 100% poliéster. Deve estar em conformidade		UNID	400	R\$ 7,92	R\$3.168,00



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	com todas as normas exigíveis.					
35	Camisa térmica - camiseta manga longa, com proteção UVA/UVB +50%, com presença de elastano (lycra), proporcionando maior conforto e liberdade de movimentos, indicado para uso no calor e incidência de raios solares, com isolamento térmico. O tecido deverá permitir transferência rápida dos vapores de transpiração. Diversos tamanhos. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		UNID	200	R\$ 29,90	R\$5.980,00
36	Luva química, gramatura 200 g, para proteção da pele contra agentes nocivos (derivados de petróleo, colas, tintas, vernizes, detergentes, solventes etc.) em atividades laborais, em conformidade com todas as normas técnicas aplicáveis - luvas químicas para proteção da pele contra ação nociva de agentes químicos presentes nas atividades diárias de trabalho, como derivados de petróleo, colas, tintas, vernizes, detergentes, solventes, etc. Deverá estar em conformidade com todas as normas exigíveis.		PAR	50	R\$ 5,23	R\$261,50
37	Macacão de segurança para saneamento - macacão confeccionado em tecido sintético, plastificado em PVC em ambas as faces, costuradas por meio de solda eletrônica, com capuz, fechamento frontal através de zíper e botões de pressão,		UNID	7	R\$ 274,10	R\$1.918,70



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	acoplados com luvas e botas de PVC forradas. Diversos tamanhos. Deve estar em conformidade com todas as normas exigíveis.					
38	<p>Conjunto “scrub”: (pijama cirúrgico) composto por blusa e calça em tecido Oxford 100% poliéster, destinado a uso por profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, veterinários, odontólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, equipe de UTI, laboratório, estética, entre outros). Tecido e composição Oxford 100% poliéster, microfibra de gabardine; Gramatura adequada para não amassar, secagem rápida e fácil higienização; Propriedades hipoalérgicas e resistência a lavagens industriais frequentes. Conjunto blusa e calça - Blusa (“Basic”): gola em V, mangas curtas, corte anatômico com excelente caimento, dois bolsos frontais reforçados; Calça: cós em elástico com cordão interno para ajuste, corte reto confortável, dois bolsos laterais discretos; Todas as peças garantem liberdade de movimento e conforto para uso contínuo durante o turno de trabalho. Cores sob consulta e conforme demanda). Tamanhos e medidas (em centímetros) PP: blusa comprimento 67 / busto 100 / cintura 98 / quadril 104; calça cós 98–104; P: blusa 68 / 106 / 100 / 110;</p>		CONJUNTO	110	R\$ 58,48	R\$6.432,80







MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	calça 100–106; M: blusa 70 / 108 / 106 / 114; calça 106–112; G: blusa 71 / 114 / 112 / 120; calça 112–118; GG: blusa 75 / 124 / 122 / 126; calça 118–124; EXG (blusa): 76 / 132 / 132 / 140; calça EXG cós 124–130. Garantia total contra defeitos de fabricação; Frete de devolução e troca por conta do fornecedor; Fornecedor deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e apresentar amostras para validação antes da homologação. Entrega máxima de 15 dias úteis após ordem de compra; Aplicação de multa por atraso superior a prazo estipulado ou por não conformidade com as especificações.					
39	Vestuário de proteção - vestuário de proteção, composto por jaleco, calça, avental e touca, em 100% algodão branco, tratamento hidrorrepel; contendo ainda viseira de proteção, aplicação: agrotóxicos.		UNID	20	R\$ 10,29	R\$205,80
40	Vestuário Proteção Material: Tecido Hidrorrepelente Componentes: Calça Reforço Perneiras Frontal, Jaleco C/ Ombrei; Tipo Uso: Aplicação De Agrotóxicos; Características Adicionais: Conjunto Costal; Cor: Alumínio/Amarelo. Macacão de segurança confeccionado em sarja (60% algodão e 40% poliéster) com tratamento impermeável, com reforço de		Conjunto	08	R\$ 128,18	R\$ 1.025,44



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



material sintético impermeável revestido de Nylon resinado ou PVC em uma face, com fechamento frontal em zíper, com ajuste por meio de elástico nos punhos e na cintura, com reforço impermeável na parte frontal e costal até o joelho. Capuz com ajuste por meio de tiras do próprio tecido. Contém: 01 Camisa 01 calça 01 Boné com fechamento C.A 1745.						
--	--	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 158.452,44 (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois mil reais e quarenta e quatro centavos).

1.2. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato/ARP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Considerando o [art. 6º, inc. XXIII](#), alíneas 'b' a 'e' e o [art. 40, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021](#), esta cláusula estabelece que o detalhamento contido no Estudo Técnico Preliminar (ETP) arrolado aos autos do processo licitatório é a base fundamental para a elaboração deste Termo de Referência. O presente Termo de Referência respeita integralmente as diretrizes, requisitos e orientações contidas no referido Estudo Técnico Preliminar (ETP), assegurando a conformidade legal e técnica necessária para o processo licitatório em questão.

1.5. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2024, tendo em vista que em razão da transição da vigência da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a revogação das legislações dispostas no [art. 193](#) do referido diploma legal, apenas em 30 de dezembro de 2023, e tendo o Município optado pela utilização das lei revogadas até a data de suas revogações, não houve a obrigatoriedade da elaboração do PCA.

1.5.1. Embora não esteja previsto no PCA, o objeto dispõe de previsão orçamentária para a efetiva contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

a) Os parâmetros de sustentabilidade são aqueles previstos em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

Da exigência de amostra

4.3. Caso solicitado pela pregoeira, a licitante deverá enviar um prospecto/folder dos equipamentos ofertados, com a indicação do respectivo Certificado de Aprovação (CA) do produto, sempre que o item o exigir, comprovando através de documentos técnicos referentes aos itens, todas as características exigidas nas especificações técnicas, permitindo a manifestação fundada e conclusiva sobre a equivalência ou superioridade da solução proposta.

4.4. Caso não houver o envio do prospecto (ou folheto) com a respectiva indicação do CA do dentro do prazo estabelecido pela pregoeira, a proposta será recusada.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. Os bens objetos deste Termo de Referência deverão ser entregues de acordo com as especificações deste Termo, não podendo haver produtos que não estejam adequados à utilização, sob pena de devolução de todos os produtos/materiais/bens fornecidos.

5.2. Os fornecedores terão o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados após o recebimento da Autorização de Fornecimento, para a efetivação da entrega dos produtos ao Município, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxas de descargas, embalagens, dentre outros. Caso haja necessidade de dilação do prazo, deverá ser enviado a administração, justificativa fundamentada.

5.3. A Autorização de Fornecimento, a ser emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG, será realizada de forma eletrônica por sistema informatizado e será enviada preferencialmente por e-mail ou outro meio de comunicação formal definido pela administração.

5.4. O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o nome do responsável pelo atendimento e pedido de compras, bem como telefone e endereço de e-mail para o qual poderão ser encaminhadas as Autorizações de Fornecimento.

5.5. Considera-se como data de recebimento da Autorização de Fornecimento:

- a) O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de Autorização de Fornecimento enviada por e-mail;
- b) O dia do recebimento da correspondência, no caso de Ordem de Fornecimento enviada por meio postal.

5.6. As entregas se darão conforme a demanda do Município, de forma fracionada ou não, conforme as necessidades efetivas, devendo o vencedor cumprir rigorosamente o prazo estipulado neste Termo de Referência.

5.6. Os produtos/equipamentos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelo fiscal técnico, fiscal administrativo ou fiscal setorial (quando houver), ou equipe de fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



5.7. Os produtos/equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.8. A Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG não se obriga a receber produtos/equipamentos que não estejam de acordo com as especificações e exigências da Administração Municipal; caso haja alguma divergência quanto às especificações dos bens objetos deste Termo de Referência, da Proposta e da Autorização de Fornecimento, a licitante terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para substituir os produtos/equipamentos, a contar da notificação da Contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.9. Os produtos/equipamentos serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.9.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

5.11. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

5.12. As embalagens primárias dos materiais devem apresentar o número do lote, data de fabricação, manual de instruções (se aplicável ao item) e prazo de validade.

5.13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados em embalagens próprias.

5.14. Os dados constantes na embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

5.15. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Município, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de notificação.

5.16. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o Município e cumprindo o prazo previsto neste Termo de Referência para conclusão da entrega do produto/equipamento.

5.17. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas neste Termo de Referência; excepcionalmente, mediante autorização prévia do Município ou dos respectivos Municípios participantes, poderão ser entregues equipamentos/produtos de marcas diferentes da indicada originalmente na proposta, sempre avaliados os motivos para tanto e a critério EXCLUSIVO de cada solicitante.

5.18. Caso não cumpridas as exigências, o Fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para o Município e ficará sujeito às penalidades previstas neste Edital.

5.19. Caso seja detectada alguma irregularidade no transporte dos produtos/equipamentos, a mercadoria poderá ser recebida, porém, imediatamente será solicitada ao fornecedor a troca dos produtos/equipamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o Município. Este procedimento visa garantir que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



5.20. Os bens objetos do presente Termo de Referência, deverão atender à Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.21. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. A fiscalização ficará a cargo do servidor nomeado em portaria própria.

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.9. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.14. O fiscal técnico do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual. (art. 117, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

- 7.1. O recebimento provisório dos produtos ficará a cargo do fiscal do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver.
- 7.2. O recebimento provisório e definitivo dos produtos deve ser realizado em consonância com as regras definidas no ato convocatório.
- 7.3. Ao realizar o recebimento dos produtos, o órgão ou entidade deve observar o princípio da segregação das funções.
- 7.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (art. 140, inciso I, “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
 - 7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
 - 7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - 7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
 - 7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 - 7.6.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.7. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Liquidação

- 7.11. Para fins de liquidação, a contratada deverá apresentar nota fiscal dos produtos entregues;
- 7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.14.1. O prazo de validade;
 - 7.14.2. A data da emissão;
 - 7.14.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.14.4. O período respectivo de execução do contrato;
 - 7.14.5. O valor a pagar; e
 - 7.14.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada [no art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo ser observado o que consta no comunicado da Diretoria de Finanças e no Decreto Municipal 257/2023.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.28. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, seja parcial/total, conforme as regras previstas no art. 145 da lei nº 14.133/2021.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio de realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.2. A proposta da empresa licitante deverá incluir todos os custos de transporte, estadia, alimentação, seguro e quaisquer outras despesas para fornecimento do objeto.

8.3. O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o nome do responsável pelo atendimento e pedido de compras, bem como telefone e endereço de e-mail para o qual poderão ser encaminhadas as ordens de compra.

8.4. No modelo da proposta deverá ser indicado o responsável pelo atendimento comercial ao Município, contendo nome completo do responsável, telefone fixo, telefone celular, e-mail e dados bancários para pagamento.

Regime de execução

8.5. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Exigências de habilitação

8.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estaduais e Municipais relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estaduais e Municipais do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e/ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.23. Em virtude da natureza desta licitação, que se destina à contratação de bens e serviços, inclusive para entrega imediata, a documentação exigida para a qualificação econômico-financeira dos licitantes será restrita à apresentação da "Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial", conforme preconizado pela [Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005](#). Tal certidão deve ser emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, devendo ser apresentada dentro do período de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão ou dentro do prazo de validade especificamente declarado no documento.

8.24. Consequentemente, fica dispensada a exigência de entrega dos demais documentos contábeis para a habilitação econômico-financeira, inclusive em observância ao disposto no [art. 70, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021](#), salvo se a natureza e complexidade do objeto contratual justificarem a exigência do Balanço Patrimonial dos últimos dois exercícios financeiros. Nesses casos, deverá ser assegurado que tal exigência cumpra os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, sem restringir indevidamente a competitividade do certame, conforme o [art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal](#) e os princípios da Administração Pública. A justificativa para a exigência do Balanço Patrimonial deverá estar claramente fundamentada no instrumento convocatório, demonstrando a pertinência da exigência em relação à natureza do objeto da licitação.

8.25. Essa cláusula fundamenta-se no entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a necessidade de equilíbrio nas exigências de qualificação econômico-financeira. Baseia-se em jurisprudência consolidada, como os Acórdãos 1214/2013-TCU-Plenário, 2763/2016-TCU-Plenário e 1.335/2010-TCU-Plenário, que reforçam a importância de não estabelecer exigências que comprometam a competitividade da licitação

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação, através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

8.27. Em se tratando de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o Município poderá realizar diligências ou exigir a apresentação de documentos que comprovem a efetiva aptidão do licitante, tais como notas fiscais, contratos ou documentos equivalentes.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação está arrolado em pesquisa de preço consolidada, conforme custos unitários apostos na tabela descrita nesse documento.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2. A contratação será atendida pela dotação orçamentária juntada aos autos do processo pela Contabilidade Municipal.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.4. O foro competente para dirimir as controvérsias do presente processo é o da Comarca de Visconde do Rio Branco-MG, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº10.153/2.009 ou do art. 59, da Lei Complementar Estadual nº059/2001.

São Geraldo, 25 de abril de 2025.

Daniela de Freitas Meireles
CHEFE DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS